

Carta Aberta contra a PEC Emergencial (186/2019)

Prezado/a Senador/a da República

A pandemia provocada pelo novo Coronavírus, em si, provoca uma grande crise em todo mundo. No Brasil, a situação é agravada pelo negacionismo e a ausência de medidas efetivas, como investimento em vacinas e o auxílio emergencial. Porém, a partir das Propostas de Emendas Constitucionais 186/2019 e 188/2019, o governo coloca equivocadamente todo o peso de uma crise sobre as costas do funcionalismo público. O substitutivo proposto não sana os problemas causados pela pandemia de covid-19 e a crise socioeconômica, mas agrava a situação vigente, retirando direitos importantes, como verbas mínimas para Saúde e Educação, sem falar na possibilidade da redução salarial drástica dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. Além de não solucionar o problema, as PECs precarizam o serviço público e prejudicam até mesmo aqueles que estão na linha de frente do combate à Covid-19.

Antes mesmo da pandemia, as propostas já faziam parte do chamado “Plano Mais Brasil”. Lançado ao final de 2019, o pacote de medidas prevê a desvinculação do orçamento da União, a extinção dos percentuais mínimos constitucionais em Saúde e em Educação da União, criando uma situação em que terá de se optar entre o pagamento do auxílio ou a manutenção da rede pública de educação, e do SUS, inclusive o financiamento da importação de insumos, da produção e da distribuição de Vacinas.

Entre os ataques ao serviço público, o substitutivo propõe o congelamento de concursos, de salários e de progressões previstas nos planos de carreira, por um período de 2 anos passível de prorrogação, com significativa perda de poder de compra. Vale ressaltar que os servidores públicos estão sem reajuste salarial desde 2017 (referente ao último acordo de greve em 915), e a ausência de concurso, contribui para a escassez de profissionais.

Deste modo, defendemos o auxílio emergencial sem redução de valores até o término da pandemia, sem prejuízo ao orçamento de políticas sociais, e sem ataques ao conjunto do funcionalismo estadual, municipal e federal

Para assegurar a retomada do auxílio emergencial a todos os brasileiros, defendemos também uma ampla reforma tributária progressiva, que taxe lucros, grandes fortunas, dividendos e remessas ao exterior e a revogação da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos).

Contamos com seu voto em defesa do Brasil e contra as propostas de precarização dos serviços públicos e de redução ou mais congelamento salarial do funcionalismo, por meio das PECs 186 e 188/2019, ou de qualquer texto que resulte da fusão dessas duas proposições e mantenha a perspectiva de desmonte do Estado.

Auxílio Emergencial, sim! Ataque aos servidores e aos serviços públicos, não!

#PEC186NAO